

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E FINANÇAS
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

VINICIUS DA SILVA SANTOS

**AS DIFICULDADES NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CPC PME POR EMPRESAS
DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÁBEIS NA CIDADE DO RIO DE
JANEIRO/RJ.**

RIO DE JANEIRO

2021

VINICIUS DA SILVA SANTOS

**AS DIFICULDADES NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CPC PME POR EMPRESAS
DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÁBEIS NA CIDADE DO RIO DE
JANEIRO/RJ.**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido como requisito parcial ao Departamento de Ciências Contábeis e Finanças do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Rio de Janeiro para obtenção do grau de **Bacharel em Ciências Contábeis**.

Orientador: Prof. Fred Cavalcante, Dr.

RIO DE JANEIRO

2021

VINICIUS DA SILVA SANTOS

**AS DIFICULDADES NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CPC PME POR EMPRESAS
DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÁBEIS NA CIDADE DO RIO DE
JANEIRO/RJ.**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Departamento de Ciências Contábeis e Finanças do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Apresentado em _ de _____ de 2021:

_____ (Orientador)

_____ (Avaliador)

_____ (Avaliador)

_____ - Externo (Avaliador)

RIO DE JANEIRO

2021

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter permitido que eu tivesse saúde e determinação para não desanimar durante a realização deste trabalho.

Aos meus pais, Sonia Maria da Silva Santos e Geraldo Emílio Fernandes dos Santos, por todo apoio, incentivo, e investimento na minha educação. Esta monografia é a prova de que os esforços deles pela minha educação não foram em vão e valeram a pena.

A minha melhor amiga de curso e namorada Ana Caroline, por me incentivar nos momentos difíceis e estar sempre ao meu lado, me apoiando, e me ajudando a evoluir a cada dia em que passamos juntos.

A minhas Primas Carol e Alessandra pelo apoio demonstrado ao longo de todo o período de tempo em que me dediquei a este trabalho.

A todos os meus amigos do curso de graduação que compartilharam dos inúmeros desafios que enfrentamos, sempre com o espírito colaborativo. São eles Athos Moraes, Charles Mendes, Gabriel Lopes, Gabriel Machado, Paulo Rubens, Philippe Brasil.

Ao meu Gestor e amigo de profissão Edilson Junior, que me ajudou e incentivou a pesquisar a respeito desse tema escolhido.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Fred Cavalcante por aceitar conduzir o meu trabalho de pesquisa.

Também agradeço à Universidade Federal do Rio de Janeiro e aos seus docentes que nos incentivaram a percorrer o caminho da pesquisa científica.

RESUMO

Tendo em vista que atualmente no Brasil as empresas de pequeno e médio porte são as maiores geradoras de emprego e renda no país, pesquisa-se sobre a Dificuldade da institucionalização do CPC PME na elaboração de demonstrativos por empresas de prestação de serviços contábeis na cidade do Rio de Janeiro/RJ, a fim de analisar o motivo pelo qual profissionais que atuam dentro de escritórios contábeis na cidade do Rio de Janeiro na maioria das vezes não conseguem realizar a escrituração contábil de pequenas e médias empresas seguindo as normas contábeis que foram criadas exclusivamente para facilitar a escrituração dos fatos contábeis das PMEs. Para tanto, é necessário verificar o grau de utilização do CPC PME em escritórios contábeis no município do Rio de Janeiro; analisar o perfil dos clientes de escritórios contábeis; identificar o perfil do profissional que trabalha na área contábil de escritórios. Realiza-se, então, uma pesquisa descritiva, de natureza qualitativo-quantitativa. Diante disso, verifica-se que a norma é pouco utilizada pelos profissionais que atuam em escritórios de prestação de serviços contábeis, mesmo sendo a maioria dos clientes de pequeno e médio porte, e a maioria dos profissionais tratam-se de bacharéis e com pouco tempo de atuação na área contábil, o que impõe a constatação de que devido a uma baixa divulgação e oferecimento de treinamentos voltado ao conteúdo da norma por partes dos órgãos competentes, além de uma falta de maturidade de gestão das PME são os principais fatores que dificultam a institucionalização da norma pela maioria dos profissionais que atuam em escritórios.

Palavras-chave: CPC PME. NBC TG 1000. Pequenas e médias Empresas. Contabilidade.

ABSTRACT

Considering that currently in Brazil as small and medium companies they are the biggest generators of employment and income in the country, research is carried out on the Difficulty of institutionalizing the CPC PME by companies providing accounting services in the city of Rio de Janeiro /RJ , in order to analyze the reason why professionals who carry out bookkeeping within accounting offices in the city of January most of the time are not able to book bookkeeping of small and medium-sized companies following the accounting standards that were created exclusively to facilitate bookkeeping of small and medium enterprises accounting facts of SMEs. Therefore, it is necessary to verify the degree of use of the CPC PME in accounting in the city of Rio de Janeiro; consult the profile of accounting clients; identify the profile of those who work in the accounting area of offices. A descriptive research of a qualitative-quantitative nature is carried out. It is verified that the standard is little used by professionals who work in the performance of accountability and in most professionals and with little time of experience in the accounting area, which imposes the realization of a need for maturity in the management of SMEs. the main factors that hinder the formation of the SME. norm by most professionals working in offices.

Keywords: CPC SME. NBC TG 1000. Small and Medium-sized Entities.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Porte da Empresa	12
Tabela 2 - Diferenças entre os tópicos normativos dos CPCs x CPC - PME	17
Tabela 3 - Diferenças entre os tópicos normativos dos CPCs x CPC - PME	21
Tabela 4 - Formação Acadêmica dos contadores responsáveis PME	22
Tabela 5 - Tempo de atuação dos contadores responsáveis PME	23
Tabela 6 - Quantidade de Cliente na Carteira do Profissional	23
Tabela 7 - Quantidade de PME atendida pelo contador.....	24
Tabela 8 - Nível de conhecimento sobre o CPC PME.....	24
Tabela 9 - Quantas das empresas de sua carteira o CPC PME é adotado para a elaboração de seus demonstrativos.....	25
Tabela 10 - Quais as demonstrações contábeis são elaboradas de acordo com o CPC PME?	25
Tabela 11 - Quais os motivos para a adoção do CPC PME?	26
Tabela 12 - Quais as dificuldades para Adoção	26

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 PME NO CENÁRIO ECONÔMICO BRASILEIRO	10
2.1 Definições de PME	11
2.2 Contabilidade para as PME	13
2.3 Escritórios Contábeis e as PME	14
2.4 Adoção da IFRS no Brasil	15
2.5 NBC TG 1000 (CPC PME)	16
2.5.1 NBCTG 1001 E 1002.....	18
3 METODOLOGIA.....	20
3.1 Dados e Análise dos Resultados.....	21
3.1.1 Cargo dos Respondentes.....	21
3.1.2 Formação Acadêmica do Profissional	21
3.1.3 Tempo de Atuação na Área Contábil	22
3.1.4 Quantidade de Clientes na Carteira	23
3.1.5 Quantidade de PME na carteira de Clientes	23
3.1.6 Nível de conhecimento a Respeito do CPC PME.....	24
3.1.7 Adoção do CPC PME em clientes da Carteira	24
3.1.8 Demonstrações elaboradas com base no CPC PME.....	25
3.1.9 Motivos para adoção do CPC PME	26
3.1.10 Dificuldades para adoção do CPC PME	26
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	28

1 INTRODUÇÃO

Atualmente no Brasil aproximadamente 70% das vagas de empregos são criadas por empresas de pequeno e médio porte, que correspondem a 99% das empresas registradas e respondem a 27% da economia brasileira de acordo com levantamentos realizados pelo SEBRAE, em 2021.

Entretanto, segundo dados publicados pelo IBGE (2020), 21% das empresas de pequeno e médio porte que são abertas encerram suas atividades após o primeiro ano, e esse número fica ainda mais crítico em um período de até 5 anos, onde 60% encerram suas atividades.

Sabe-se que a contabilidade detém a função social essencial para a economia a partir do momento em que auxilia os empresários através da elaboração de demonstrativos para fins gerais que servem como base para a melhor tomada de decisões a manterem saudáveis a situação econômica e financeira de seus negócios gerando maior número de empregos e renda.

Diante disso, foi aprovado pelo CFC em 2009 o CPC PME, com o objetivo de viabilizar a adequação das pequenas e médias empresas ao IFRS. Segundo publicado no site AFIXCODE (2013) os principais benefícios dessa adequação é uma maior facilidade na obtenção de crédito, e uma melhora da qualidade das demonstrações contábeis, bem como a comparabilidade e todos os benefícios aos usuários da informação contábil.

Nessa perspectiva, diante da grande importância que as empresas de pequeno e médio porte possuem na economia brasileira, percebe-se a necessidade de se entender os motivos pelo qual profissionais que atuam dentro de escritórios contábeis na cidade do Rio de Janeiro na maioria das vezes não conseguem realizar a escrituração contábil de pequenas e médias empresas seguindo as normas contábeis que foram criadas exclusivamente para facilitar a escrituração dos fatos contábeis das PME.

Portanto, indaga-se: Quais Fatores dificultam que prestadores de serviços contábeis no município do Rio de Janeiro Utilizem o CPC PME para elaboração dos demonstrativos contábeis de seus clientes de pequeno e médio porte?

Então, o objetivo geral da pesquisa é analisar os motivos pelo qual os profissionais que atuam em escritórios contábeis têm dificuldade na adoção do CPC PME na elaboração de demonstrativos de empresas de pequeno e médio porte.

Para tanto, foram delineados os seguintes objetivos específicos: verificar o grau de utilização do CPC PME em escritórios contábeis no município do Rio de Janeiro; analisar o perfil dos clientes de escritórios contábeis; identificar o perfil do profissional que trabalha na área contábil de escritórios.

Para o alcance de tais objetivos, realizou-se uma pesquisa descritiva, de natureza qualitativo-quantitativo. A pesquisa foi realizada por meio de um questionário online, com o preenchimento de 10 questões objetivas. O trabalho inclui uma revisão da literatura referente à importância das PME na economia brasileira, as definições de PME, a contabilidade para PME, a relação das PME com os escritórios contábeis, adoção do IFRS no Brasil, e as NBC TG 1000; 1001; 1002.

2 PME NO CENÁRIO ECONÔMICO BRASILEIRO

A economia brasileira vem passando por um momento conturbado de sua história decorrente tanto de uma instabilidade política que vem se agravando desde o ano de 2014 até os dias atuais, quanto dos impactos ocasionados pela Pandemia de COVID-19. Diante desse cenário de recessão as PME vêm mostrando uma capacidade maior de recuperação se comparadas as grandes empresas. De acordo com levantamento realizado pelo SEBRAE, em 2020, pesquisa disponível no site, tendo como base os dados do novo CAGED, documento trabalhista que registra todas as admissões e demissões de empregados, entre julho e outubro de 2020 as micro e pequenas empresas criaram 714,3 mil posto de trabalhos, enquanto as médias e grandes empresas criaram 364,8 mil posto de trabalho, número quase que duas vezes maior.

A partir da década de 1970, mudanças no contexto econômico e tecnológico resultaram no crescimento das pequenas e médias empresas no Brasil (Rachid; Filho; Gitahy, 2001; Garcia; Motta; Amato Neto, 2004; Barbalho et al., 2009; Fontenele, 2010), que passaram a receber mais atenção do poder público e dos economistas, em razão do seu potencial de geração de emprego e de renda (Antero, 2006; Dal-Soto; Paiva; Souza, 2007; Natividade, 2009). As PME representam hoje para economia brasileira sua principal força motriz, por atuarem como principal geradoras de emprego e renda para a população, correspondendo a 99% das empresas registradas. As pequenas empresas são responsáveis pela geração de cerca de 70% das vagas de trabalhos, e a aproximadamente 30% do PIB nacional, de acordo com pesquisas feitas pelo SEBRAE, com participação relevante nos mais diversos setores

Além disso, as PME representam o embrião para o surgimento da grande empresa, apresentam um elevado espírito de iniciativa, possuem grande capacidade de adaptação a mudanças ambientais, permitem a criação de empregos a custo mais baixos e, principalmente no caso dos países não desenvolvidos, a interiorização da atividade econômica (BORTOLI NETO 1980, p.6).

Ademais mesmo detendo grande parte da economia nacional as PME apresentam um alto número de Falências, de acordo com pesquisa realizada pelo IBGE cerca de 21% das PME encerram suas atividades após 1 ano, e esse número

fica ainda maior quando analisado em um período de 5 anos, onde aproximadamente 60% das empresas encerram suas atividades.

Um dos principais pontos que levam as pequenas e médias empresas a terem uma vida curta, e encerrarem precocemente suas atividades, são as consequências de uma gestão amadora onde na maioria das vezes as empresas não possuem uma contabilidade organizada que possa fornecer informações relevantes e tempestiva para auxiliar o gestor nas tomadas de decisões. Logo sem ter uma visão ampla de seus negócios, tendo um real conhecimento de seus ativo e passivos, e sem um planejamento onde são previstos cenários e elaborados planos de ações para cada um deles, a maioria das PME acabam tendo um alto endividamento, falta de capital de giro, baixo lucros, e não resistindo aos primeiros anos de sua existência. Tal situação fica resumida na citação abaixo.

A principal razão para o fechamento da empresa está centrada no bloco de falhas gerenciais, destacando-se: ponto/local inadequado, falta de conhecimentos gerenciais e desconhecimento do mercado, seguida de causas econômicas. Fator crucial para as empresas é a dificuldade encontrada no acesso ao mercado, principalmente nos quesitos propaganda inadequada; formação inadequada dos preços dos produtos/ serviços; informações de mercado e logística deficiente, caracterizando a falta de planejamento dos empresários. (SEBRAE, 2007, p.40).

2.1 Definições de PME

A definição de PME varia de acordo com os critérios adotados por países e instituições. Os critérios mais adotados para realizar essa distinção de porte são relativos ao faturamento e ao número de empregados.

Para Gonçalves (1995, p. 34), "as pequenas empresas, de um modo geral, são definidas como aquelas que, não ocupando uma posição de domínio ou monopólio no mercado, são dirigidas por seus próprios donos, que assumem o risco do negócio e não estão vinculados a outras grandes empresas ou grupos financeiros".

De acordo com o IBGE/SEBRAE a definição do porte empresarial está relacionada ao número de empregados e atividade desenvolvida pela empresa. Sendo assim no setor industrial empresas que possuem até 19 empregados são Microempresas, de 20 a 99 empregados são pequenas empresas, de 100 a 499 são

médias empresas, já as que possuem número superior a 500 empregados são grandes empresas. Nos setores de comércio e serviço microempresas são as que possuem até 9 empregados, pequenas empresas possuem de 10 a 49 empregados, médias empresas de 50 a 99 empregados, grande as que possuem mais de 100 empregados.

Tabela 1 – Porte da Empresa

PORTE	INDUSTRIA	COMERCIO E SERVIÇO
MICROEMPRESA (ME)	Até 19 empregados	Até 09 empregados
EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)	De 20 a 99 empregados	De 10 a 49 empregados
EMPRESA DE MÉDIO PORTE	De 100 a 499 empregados	De 50 a 99 empregados
GRANDES EMPRESAS	500 ou mais empregados	100 ou mais empregados

Fonte: SEBRAE-NA/ Dieese. Anuário do trabalho na micro e pequena empresa 2013, p. 17.

Para a legislação do simples nacional, ou seja, a Lei complementar 123/2006, que é a lei que estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, apresenta em seu artigo 3º os critérios para classificação de micro e pequena empresa com base no faturamento anual da seguinte forma:

Art.3º. Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I – No caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);

II – No caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

Por sua vez, a Legislação brasileira não determina quais devem ser os critérios para classificação das empresas de médio e grande porte.

Já a definição utilizada pelo CPC PME, que é o pronunciamento que define as normas gerais de contabilização das empresas brasileiras de pequeno e médio porte, empresas de pequeno e médio porte são aquelas que:

(a) não têm obrigação pública de prestação de contas; e

(b) elaboram demonstrações contábeis para fins gerais para usuários externos. Exemplos de usuários externos incluem proprietários que não estão envolvidos na administração do negócio, credores existentes e potenciais, e agências de avaliação de crédito.

Sendo que uma empresa tem obrigação de prestação de contas se:

(a) seus instrumentos de dívida ou patrimoniais são negociados em mercado de ações ou estiverem no processo de emissão de tais instrumentos para negociação em mercado aberto (em bolsa de valores nacional ou estrangeira ou em mercado de balcão, incluindo mercados locais ou regionais); ou

(b) possuir ativos em condição fiduciária perante um grupo amplo de terceiros como um de seus principais negócios. Esse é o caso típico de bancos, cooperativas de crédito, companhias de seguro, corretoras de seguro, fundos mútuos e bancos de investimento

2.2 Contabilidade para as PME

Hoje no Brasil segundo pesquisa do Sebrae, cerca de 58% das pequenas empresas fecham as portas antes de completarem 5 anos. Uma das causas principais para essa elevada taxa seria a falta de informação necessária para orientar os micros e pequenos empresários no gerenciamento dos seus negócios, desde o início das atividades.

De acordo com Fávero (2006, p.130) “O objetivo da Contabilidade não é só produzir informações contábeis adequadas, mas também as transmitir de forma clara e objetiva”.

Saber como melhor interpretar os resultados da empresa é um dos objetivos primordiais da Contabilidade gerencial (SELL 2004). Um dos maiores problemas que acontece nas empresas, é a falta total de informações relevantes e a abundância de informações irrelevantes (SILVA 2002).

A contabilidade é capaz de fornecer relatórios que podem auxiliar as PME de forma a trazer mais clareza para a real situação econômica e financeira da empresa, além de uma maior facilidade na obtenção de recursos para financiamento de suas atividades. Neves e Lorandi (2013) consideram que pequenas e médias empresas apresentam características semelhantes, como pouco capital envolvido em sua constituição, dificuldade de separação entre o patrimônio dos proprietários e da empresa, além de registros contábeis pouco adequados.

Com o objetivo de apoiar as pequenas e médias empresas, para que as mesmas possam se desenvolver e contribuir na geração de emprego e renda para a sociedade o Conselho federal de contabilidade (CFC) vem reformulando e simplificando as normas contábeis atualmente vigente. Sendo assim em dezembro de 2021 foram aprovadas duas novas normas direcionadas a micro e pequenas empresas, a NBC TG 1001 e NBCTG 1002.

Segundo Raza (2008, p. 17) “o empreendedor deve tornar a sua contabilidade uma fonte de informações para que possa tomar decisões seguras e coerentes com seu negócio”. Ao utilizar a contabilidade como ferramenta, tendo o contador como aliado na gestão da empresa, as possibilidades de continuidade do negócio serão aumentadas e as decisões serão tomadas sob uma nova perspectiva, com muito mais segurança e possibilidades de sucesso.

Com a utilização de eficientes controles internos, as pequenas empresas podem avaliar de uma forma muito mais concreta o seu desempenho econômico, operacional e financeiro, satisfazendo os objetivos traçados pela administração, reduzindo desperdícios decorrentes das atividades da empresa (LONGENECKER, 2004).

2.3 Escritórios Contábeis e as PME

No passado, cada organização tinha o seu próprio departamento de contabilidade, mas com a tendência para a especialização, as empresas procuram terceirizar para garantir maior eficiência e competitividade de suas atividades.

Sob essas circunstâncias a contabilidade figura entre os serviços mais procurados. Atualmente no Rio de Janeiro de acordo com dados obtidos no site do

CRC RJ, existem na capital fluminense, cerca de 54 mil profissionais de contabilidade e 11 mil escritórios em situação regular no conselho.

Para as PME no início de sua atividade na maioria das vezes é mais vantajoso optar por uma contabilidade terceirizada, ao invés de uma contabilidade própria. Segundo apurou no ano de 2016 uma pesquisa realizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), a terceirização contábil é o formato mais comum de contratação de contadores no país.

Entre os 6.054 empreendedores de pequeno porte e microempresários ouvidos no estudo, 72% das empresas utilizam serviços de empresa de contabilidade, enquanto 28% recorrem a contadores autônomos.

Segundo o site Previsa (2020), as principais diferenças entre contabilidade terceirizada e contabilidade interna é que, em geral, a contabilidade terceirizada é feita em escritórios de contabilidade onde geralmente há contadores treinados, mas com uma demanda muito alta, pois eles estão ocupados atendendo um grande número de clientes, por isso nem sempre dão a atenção especial aos dados de uma empresa porque eles processam dados de várias empresas, muitas empresas optam por esse sistema por ser mais econômico comparado a possuir uma contabilidade interna. A contabilidade interna, por sua vez permite que as empresas obtenham um melhor processamento de dados, pois se preocupam apenas em obter melhores resultados para uma empresa, podem ser feitas alterações contábeis internas. Contabilidade com ajuda direta e análise de dados otimizada para planejamento estratégico e tomada de decisão.

2.4 Adoção da IFRS no Brasil

No Brasil deu-se início ao processo de convergência às normas internacionais com as alterações da lei das sociedades anônimas (6.404/76) através da publicação da lei 11.638/07 e da MP 449/08 que em 2009 foi convertida para lei 11.941/09. De acordo com Ernst e Young (2009), “o Projeto de Lei foi finalmente aprovado ao final

de 2007 e transformado na Lei nº. 11.638 [...], que estabeleceu a adoção das normas internacionais de contabilidade no Brasil”.

Foi criado em 2005, no Brasil, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) Através da Resolução CFC nº 1.055 que estuda o preparo e a publicação de novos Pronunciamentos Técnicos que validam a introdução dos IFRS nas práticas contábeis no Brasil, possui amplo plano de trabalho para tradução, discussão, aprovação e publicação de todas as normas internacionais de contabilidade gradualmente (MOURAD, 2012, p. 29).

A Lei nº. 11.638/07 obrigava as empresas de grande porte e de capital aberto a se adequarem às novas normas, até que surge a (NBC) TG 1000, aprovada pela Resolução CFC nº 1.255/09 que abrange a área de pequenas e médias empresas, inovando e definindo parâmetros específicos de registro e evidenciação contábil para as empresas desse porte (NEVES; LORANDI, 2013). Essa resolução passou a vigorar nos exercícios contábeis iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010. Deste modo, a NBC TG 1000 estabelece critérios e procedimentos de caráter simplificado se comparado às obrigações das empresas de capital aberto e de grande porte (NEVES; LORANDI, 2013).

2.5 NBC TG 1000 (CPC PME)

Com o objetivo de viabilizar a adequação de pequenas e médias empresas ao IFRS, o CFC (Conselho Federal de Contabilidade) aprovou, em 2009, o pronunciamento técnico CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias empresas, passando o mesmo a ser obrigatório para a elaboração dos demonstrativos contábeis para fins gerais a partir de 1º de janeiro de 2010. Criado a partir do The International Financial Reporting Standard for Small and Medium-sized Entities (IRFS for SMEs), elaborado pelo International Accounting Standards Board (IASB) o objetivo é transformar as diversas práticas contábeis em uma linguagem única, aceita por diversos países, viabilizando a comparabilidade das informações contábeis produzidas em países distintos. A homologação da Resolução CFC nº 1.255/09 resultou na aprovação da NBC TG 1000 (Norma de Contabilidade para Pequenas e

Médias Empresas), inserindo as pequenas e médias empresas brasileiras no contexto da convergência das normas contábeis nacionais ao padrão internacional.

O CPC PME trouxe algumas simplificações se comparados aos CPC completos, porém afirmar que o CPC PME é apenas uma simplificação do CPC completo não é uma afirmação correta, visto que a partir de quais normas os demonstrativos contábeis forem elaborados podemos chegar a resultados diferentes. A tabela a seguir demonstra essa diferença mais ampla entre as normas:

Tabela 2 - Diferenças entre os tópicos normativos dos CPCs x CPC - PME

	CPC PME	CPC Completo
Ativos intangíveis	Para todo ativo intangível tem que haver uma vida útil definida e ele precisa ser amortizado.	Ativo intangível com vida útil definida é amortizado e ativo intangível com vida útil indefinida não é amortizado.
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	Deve ser amortizado	Não é amortizado, mas apenas testado por impairment anualmente.
Receitas	Segue o modelo antigo. Não contempla as mudanças do IFRS 15	Segue o modelo do IFRS 15
Instrumentos financeiros	Segue o modelo antigo. Não contempla as mudanças do IFRS 9	Segue o modelo do IFRS 9
Arrendamentos	Segue o modelo antigo. Não contempla as mudanças do IFRS 16	Segue o modelo do IFRS 16

Tratando se dos benefícios ocasionados pela adoção do CPC PME, a Price Waterhouse Coopers (2010) apresentou uma pesquisa elencando alguns benefícios de se adotar o novo padrão contábil para as pequenas e médias empresas:

- O CPC PME concede diversas simplificações na mensuração e contabilização de transações e na apresentação das demonstrações financeiras;

- Facilita o processo de adoção das novas normas contábeis brasileiras convergentes com IFRS e os CPCs plenos;
- Facilita acesso aos investidores (privados ou mercado de capitais);
- Facilita acesso e negociação com bancos, por meio da alta qualidade de divulgações e demonstrações financeiras obtendo potencial redução em taxa de juros;
- Adoção encorajada pelo BNDES e outras entidades governamentais; e
- Demonstra boa governança corporativa, transparência e atende padrões da contabilidade brasileira;

Com base na mesma pesquisa fica evidenciado que embora o CPC para PMEs tenha seus benefícios, traz também alguns desafios. Para esta adoção são necessários controles internos, treinamento interno, mudanças nos sistemas e divulgações em bases recorrentes (PWC, 2010).

2.5.1 NBCTG 1001 E 1002

Em dezembro de 2021 duas novas normas contábeis que embasam a contabilidade de pequenas e microempresas foram aprovadas pelo CFC diante da necessidade de grande parte dos contadores de que se fosse criada uma nova norma, além das então vigentes NBC TG 1000 e ITG 1000. O principal objetivo dessas novas normas é que as mesmas possuíssem uma linguagem mais simples do que a presente na NBC TG 1000 e um conteúdo mais completo do que o contido na ITG 1000.

Nesse sentido através de um grupo de trabalho foram criadas a NBC TG 1001 e 1002, que apresentam orientações para a Contabilidade de pequenas e micro entidades respectivamente. Após terem sido criadas, as mesmas foram aprovadas em reunião plenária do CFC e publicadas no Diário Oficial da União (DOU) iniciando as suas vigências nos exercícios sociais iniciados a partir de 1 de janeiro de 2023. Entretanto ambas já podem ser utilizadas de forma facultativa no exercício iniciado a partir de 1º janeiro de 2022.

Na NBC TG 1001 é elucidado que para fins de aplicação da norma são consideradas pequenas empresas “as entidades com fins lucrativos, com receita bruta acima de R\$ 4.800.000,00 e inferior a R\$ 78.000.000,00 a partir do ano seguinte”. E de acordo com a norma “as pequenas empresas que ultrapassarem o limite anual de R\$78.000.000,00 de receita bruta por 2 (dois) anos consecutivos passarão,

obrigatoriamente, a seguir a NBC TG 1000 ou o conjunto completo das NBCs após esses 2 (dois) anos, a partir do ano

Seguinte”. O documento também explica que a finalidade “das demonstrações contábeis de pequenas empresas é apresentar informações sobre a posição patrimonial e financeira (balanço patrimonial), o desempenho (resultado) e seus fluxos de caixa, bem como informações qualitativas em notas explicativas e relatórios adicionais que sejam úteis para a tomada de decisão dos seus usuários”.

Já para a aplicação da NBC TG 1002 de acordo com a norma estão aptas a elaborar seus relatórios seguindo as orientações da mesma as micro entidades que são definidas pelo texto como sendo “organizações com finalidade de lucros, com receita bruta até 4,8 milhões de reais por ano”. E de acordo com a norma “as micro entidades que ultrapassarem o limite anual de R\$ 4.800.000,00 de receita bruta por 2 (dois) anos consecutivos passarão, obrigatoriamente, a seguir a NBC TG 1001 - Contabilidade para Pequenas Empresas, a NBC TG 1000 - Contabilidade para Médias Empresas ou as Normas completas (NBCs TG) após esses 2 (dois) anos ou outra Norma dentre as acima mencionadas, a partir do ano seguinte”. O documento ainda ressalta que “o conjunto das demonstrações contábeis tratado nesta Norma é elaborado para fins gerais pelo Regime de Competência (exceto o fluxo de caixa), com base nos eventos e decisões ocorridos dentro de um período específico ou exercício social e tem por objetivo apresentar informações úteis e de uso geral para diversos usuários”.

3 METODOLOGIA

Quanto a natureza da pesquisa será qualitativo-quantitativo. Na qual será utilizado uma abordagem que mescle tanto uma pesquisa quantitativa, quanto qualitativa. A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. (REFERÊNCIA). Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens. (REFERÊNCIA). De outra forma a análise quantitativa como esclarece Fonseca (2002, p.20):

Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente.

Quanto aos objetivos a pesquisa classifica-se como descritiva, visto que, de acordo com (GIL,2002, p.16) as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre as variáveis.

Nesse contexto foi utilizado um questionário como forma de coleta de informação, que segundo (GIL, 2010), é definido como uma técnica de investigação social composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimento.

O Questionário utilizado no presente estudo foi composto de 10 questões múltipla escolha, e um campo para que se quisesse o entrevistado colaborar com algum comentário adicional. O objetivo desse questionário foi obter dados para identificar os fatores que possam contribuir para uma maior dificuldade na institucionalização do CPC PME por contadores que atuam ou já atuaram no setor contábil de escritórios no município do Rio de Janeiro.

Para realizar o presente estudo o questionário foi divulgado de forma online, para contadores que atuam ou já atuaram em escritórios contábeis no município do Rio de Janeiro. A coleta de Dados se deu no período de 16 de fevereiro de 2022 até 16 de abril de 2022. Obteve o retorno de 40 dos 67 questionários enviados para contadores de diversos escritórios de contabilidade do município do Rio de Janeiro, uma taxa de retorno de 60%.

3.1 Dados e Análise dos Resultados

3.1.1 Cargo dos Respondentes

O questionário iniciou com a identificação do cargo do respondente, visando obter o percentual de cada cargo que é ocupado na área contábil pelos respondentes da pesquisa. Podemos notar que de acordo com a tabela 1 temos uma amostra bem variada onde a maiorias dos respondentes tratam se de Gerentes/Supervisores correspondendo a 30% do total da amostra, seguido por 20% de estagiários, e 20% de assistentes. O restante da amostra é compreendido por 17,5% de auxiliares e 12,5% de Analistas.

Tabela 3 - Diferenças entre os tópicos normativos dos CPCs x CPC - PME

Cargo	Quantidade	Frequência relativa %
Estagiário	8	20%
Auxiliar	7	17,5%
Assistente	8	20%
Analista	5	12,5%
Gerente/Supervisor	12	30%
Total	40	100%

3.1.2 Formação Acadêmica do Profissional

Essa questão teve como objetivo vincular a formação dos profissionais envolvidos na pesquisa, a fim de evidenciar o grau de conhecimento que os mesmos detêm para responder as demais questões do questionário. De acordo com os dados

demonstrados na tabela 2, 72,5% da população possuem formação acadêmica como bacharel, e os demais 27,50% são pós graduados. Nenhum dos respondentes possuem nível técnico ou título de mestre ou doutor.

A partir de aprovação da Lei 12.249, de 2010, alterou o Decreto-Lei 9.295, de 1946 que regulamenta a profissão contábil. As novas mudanças passam a exigir o nível superior para obtenção do registro. Os profissionais somente poderão exercer a profissão após a regular conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, reconhecido pelo Ministério da Educação, aprovação em Exame de Suficiência e registro no Conselho Regional de Contabilidade, limitando a partir de 2015 algumas prerrogativas profissionais dos técnicos em contabilidade, como por exemplo, a assinatura de balanços ou ser titular de uma organização contábil.

De acordo com Figueiredo; Fabri (2000, p.43), são funções exclusivas do Bacharel em Ciências Contábeis:

a função de Auditor Independente; Auditor Interno; Analista de Balanço; Perito Contábil; como também a de profissional na área do magistério, como professor e pesquisador contábil. Para tanto, é necessário que possua especialização, mestrado ou doutorado.

Tabela 4 - Formação Acadêmica dos contadores responsáveis PME

Formação acadêmica	Quantidade	Frequência relativa %
Técnico	0	0%
Bacharel	29	72,5%
Pós Graduando	11	27,5%
Mestre ou Doutor	0	0%
Total	40	100%

3.1.3 Tempo de Atuação na Área Contábil

No que diz respeito ao tempo de atuação do profissional na área contábil, o objetivo da questão foi evidenciar a relação entre a experiência do profissional com a facilidade para adequação a novas normas e legislações contábeis.

De acordo com a tabela 3, o número de profissionais com menos de 3 anos de experiência é expressivo, totalizando 47,5% da amostra, evidenciando assim que a maioria dos respondentes trata sem de profissionais que ingressaram há pouco

tempo na área contábil. A opção entre 3 e 6 anos obteve 30% do total, entre 6 e 10 anos 12,5%, e profissionais com mais de 10 anos correspondem a apenas 10%.

Tabela 5 - Tempo de atuação dos contadores responsáveis PME

Formação acadêmica	Quantidade	Frequência relativa %
Menos de 3 anos	19	47,5%
Entre 3 e 6 anos	12	30%
Entre 6 e 10 anos	5	12,5%
Mais de 10 anos	4	10%
Total	40	100%

3.1.4 Quantidade de Clientes na Carteira

A questão número 4 demonstra a quantidade de clientes em que o profissional possui em sua carteira, com o objetivo de evidenciar a relação entre o número de clientes e o tempo disponível para o profissional se aperfeiçoar e se atualizar de novas normas e legislações.

Tabela 6 - Quantidade de Cliente na Carteira do Profissional

Clientes	Quantidade	Frequência relativa %
01 a 50	20	50%
51 a 100	6	15%
101 a 150	3	7,5%
Mais de 150	11	27,5%
Total	40	100%

3.1.5 Quantidade de PME na carteira de Clientes

A questão 5 apresentada pelo questionário visou demonstrar a quantidade dos clientes que compõe a carteira do profissional que correspondem a PME. De acordo com 35% dos respondentes suas carteiras são compostas de até 25% de PME, enquanto que para 32,5% dos respondentes a carteira é composta por mais de 75% de PME, isso nos mostra uma diversificação, onde os profissionais possuem clientes de todos os portes em suas carteiras. A opção de 25% a 50% obteve 12,5% do total, e entre 50% 75% obteve 20% do total.

Tabela 7 - Quantidade de PME atendida pelo contador

Formação acadêmica	Quantidade	Frequência relativa %
Até 25%	14	35%
De 25% a 50%	5	12,5%
De 50% a 75%	8	20%
Mais de 75%	13	32,5%
Total	40	100%

3.1.6 Nível de conhecimento a Respeito do CPC PME

Segundo a tabela número 6 podemos notar que a grande maioria dos respondentes, 50%, possui pouco ou nenhum conhecimento sobre a norma, enquanto apenas 10% responderam ter conhecimento de todo os conteúdos da norma, e os demais 40% responderam estarem apenas familiarizados com as determinações.

Tabela 8 - Nível de conhecimento sobre o CPC PME

Formação acadêmica	Quantidade	Frequência relativa %
Possui conhecimento de todo o conteúdo do CPC PME	4	10%
Está familiarizado com as determinações	16	40%
Domina poucos aspectos	4	10%
Apenas ouviu falar	8	20%
Desconhece o assunto	8	20%
Total	40	100%

3.1.7 Adoção do CPC PME em clientes da Carteira

Como observado na tabela 7, à maioria expressiva dos respondentes correspondendo a 72,5% do total da amostra, só faz a adoção do CPC PME em até 25% dos clientes elegíveis a norma, sendo que destes 72,5%, 35% não aplica o conteúdo do CPC PME em nenhum cliente. A opção em que indica a adoção em 50% dos clientes foi selecionada por 5% dos respondentes, enquanto 12,5% dos respondentes dizem aplicar em mais de 50% dos clientes elegíveis, e apenas 10% responderam utilizar a norma em todos os seus clientes PME.

Tabela 9 - Quantas das empresas de sua carteira o CPC PME é adotado para a elaboração de seus demonstrativos

Formação acadêmica	Quantidade	Frequência relativa %
Em nenhuma das PME clientes	14	35%
Em até 25% das PME clientes	15	37,5%
Em 50% das PME clientes	2	5%
Mais de 50% das PME clientes	5	12,5%
Em todos os clientes PME	4	10%
Total	40	100%

3.1.8 Demonstrações elaboradas com base no CPC PME

Dos respondentes que disseram utilizar da norma para a elaboração dos demonstrativos dos seus clientes PME, a maioria, correspondendo a 37,5% do total da amostra, disse se utilizar da norma para a elaboração do Balanço Patrimonial; Demonstração de Resultado; Demonstração do Resultado Abrangente e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (quando aplicáveis); Demonstração do Fluxo de Caixa e Notas Explicativas. Dos demais respondentes, 25% disseram elaborar apenas o Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado, 12,5% não se utilizam da norma em nenhum dos demonstrativos, 15% se utilizam da norma para a elaboração do Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado e Notas Explicativas, e 10% para a elaboração da Demonstração de Resultado e Demonstração do Fluxo de Caixa.

Tabela 10 - Quais as demonstrações contábeis são elaboradas de acordo com o CPC PME?

Formação acadêmica	Quantidade	Frequência relativa %
Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado	10	25%
Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado e Notas Explicativas	6	15%
Demonstração de Resultado e Demonstração do Fluxo de Caixa	4	10%
Balanço Patrimonial; Demonstração de Resultado; Demonstração do Resultado Abrangente e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	15	37,5%

(quando aplicáveis); Demonstração do Fluxo de Caixa e Notas Explicativas		
Nenhum dos demonstrativos acima	5	12,5%
Total	40	100%

3.1.9 Motivos para adoção do CPC PME

Em relação aos motivos para a adoção do CPC PME, pedimos a opinião dos respondentes quanto ao motivo que os fizeram fazer a adoção da norma. Para 30% o que mais pesou para essa adoção foi a exigência de órgãos reguladores, 27,5% fizeram a adesão voluntária, 22,5% não adota a norma em sua carteira, 12,5% fez a adoção devido a exigência dos clientes, e apenas 5% fizeram a adoção devido a exigência de instituições financeiras, e 2,5% devido a exigência de fornecedores.

Tabela 11 - Quais os motivos para a adoção do CPC PME?

T

Formação acadêmica	Quantidade	Frequência relativa %
Exigência de clientes	5	12,5%
Exigência de instituições financeiras	2	5%
Exigência de órgãos reguladores	12	30%
Adesão voluntária	11	27,5%
Exigência de Fornecedores	1	2,5%
Norma não adotada em nenhuma empresa da carteira	9	22,5%
Total	40	100%

3.1.10 Dificuldades para adoção do CPC PME

Também com relação à percepção do contador quanto ao CPC PME, para grande maioria dos respondentes o fator que mais dificulta a adoção da norma é a falta de divulgação e treinamento por parte dos órgãos reguladores, sendo essa a opção selecionada por 42,5% do total da amostra. Para os demais, 27,5% disseram que a falta de maturidade financeira e de gestão das PME, 12,5% devido à complexidade da norma, 12,5% em razão da falta de qualificação/conhecimento técnico, e para 5% a maior dificuldade é o alto custo de implementação.

Tabela 12 - Quais as dificuldades para Adoção

Formação acadêmica	Quantidade	Frequência relativa %
---------------------------	-------------------	------------------------------

Falta de treinamento e divulgação por parte dos órgãos reguladores	17	42,5%
Complexidade da norma	5	12,5%
Falta de maturidade financeira/gestão dos clientes PME	11	27,5%
Alto custo para implementação	2	5%
Falta de qualificação/conhecimento técnico	5	12,5%
Total	40	100%

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de 2009 no Brasil deu se início ao processo de convergência as normas internacionais de contabilidade pelas empresas de pequeno e médio porte com a aprovação do CPC PME, que foi homologado PE resolução do CFC nº 1255/09, que aprovou a NBCTG 1000 – Contabilidade para pequenas e médias empresas.

Porém ainda nos dias atuais para a maioria das PME ter a elaboração de todos os seus demonstrativos contábeis em conformidade com as normas vigentes não é uma realidade. Para Badareli et al (2012) o processo de harmonização não é tarefa fácil e no caso das PME se torna ainda mais difícil, devido a necessidades informacionais dos usuários, e aos altos custos de preparação dos relatórios contábeis.

Diante disso o presente trabalho teve como tema demonstrar quais são os fatores que dificultam a institucionalização do CPC PME por prestadores de serviços contábeis no município do Rio de Janeiro, onde o foco da pesquisa foram 40 contadores que já atuaram ou atuam em cargos contábeis em escritórios no município. Para a obtenção das respostas fez se o uso de um questionário eletrônico contendo 10 questões multipla escolhas, e ainda para auxiliar no delineamento deste trabalho foi criado a problemática deste estudo que é: Quais Fatores dificultam que prestadores de serviços contábeis no Rj Utilizem o CPC PME para elaboração dos demonstrativos contábeis de seus clientes de pequeno e médio porte ?

Analisando os dados obtidos com o questionário busca se responder a problemática e alcançar os objetivos específicos deste trabalho. Através dos dados obtidos pode se observar que hoje atuando nos mais diversos cargos contábeis a maioria dos profissionais tratam se de bachareis, totalizando 72,5% do total, e com pouco tempo de atuação na área contábil, sendo apenas 10% do total com mais de 10 anos experiência na área.

Percebe-se com a análise dos resultados que a maioria, totalizando 50%, dos profissionais que atuam em empresas prestadoras de serviços contábeis tem em sua carteira a quantidade de até 50 clientes, onde para 52,5% do total, mais de 50% desses clientes tratam se de empresas de pequeno e médio porte.

Já com relação ao conteúdo do CPC PME a minoria dos respondentes, totalizando 10%, responderam possuir conhecimento de toda a norma, e 40% dizem estar apenas familiarizados com as determinações. Diante disso, 35% dos profissionais não aplicam a norma em nenhuma das PME clientes e 37,5% aplicam em no máximo um quarto de seus clientes elegíveis, enquanto apenas 10% aplicam a norma em todos a sua carteira de PME. Dos profissionais que fazem uso da norma apenas 37,5% a utilizam em todos os demonstrativos contábeis de seus clientes, sendo estes, o Balanço Patrimonial; Demonstração de Resultado; Demonstração do Resultado Abrangente e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (quando aplicáveis); Demonstração do Fluxo de Caixa e Notas Explicativas.

A respeito dos fatores que influenciam a adoção do CPC PME, a pesquisa apontou que a maioria dos contadores adotou o pronunciamento ou por exigência de órgãos reguladores (30%), ou de forma voluntária (27%). As principais dificuldades para a adoção do CPC PME para a maioria dos respondentes é decorrente da falta de treinamento e divulgação por parte dos órgãos reguladores e entidades de classe (42,5%) e devido a falta de maturidade financeira/gestão dos clientes PME (27,5%).

Diante disso, conclui se que, a maioria dos clientes de escritórios contábeis tratam se de pequenas e médias empresas, porém devido a uma baixa divulgação e oferecimento de treinamentos voltado ao conteúdo da norma por partes dos órgãos competentes, além de uma falta de maturidade de gestão das PME, a norma ainda é pouco utilizada em sua totalidade.

Portanto, espera-se que esta pesquisa contribua para os estudos a respeito da contabilidade de pequenas e médias empresas, em virtude da relevância destas no cenário econômico brasileiro. Recomenda-se como pesquisas futuras investigar a aplicabilidade do CPC PME em outras regiões do estado do Rio de Janeiro e verificar a percepção de mais profissionais. Ainda como material profícuo para novos estudos: realizar pesquisas a respeito da percepção dos empresários em relação à convergência das normas internacionais de contabilidade para as pequenas e médias empresas (PMEs), denominadas de International Financial Reporting Standards (IFRS) PME e identificar métodos eficientes de divulgação e incentivo para aplicação destas normas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTERO, S. A. Articulações de políticas públicas a partir dos fóruns de competitividade setoriais: a experiência recente da cadeia produtiva têxtil e de confecções. *Revista de Administração Pública*, v. 40, n. 1, p. 57-80, 2006.

AZEVEDO, Osmar Reis. Modelos de contabilidade– comparada e síntese. 1. ed. São Paulo. IOB, 2013

BARROS, R. Pequena e média empresa e política econômica: um desafio à mudança. Rio de Janeiro: Apec, 1978.

BORTOLI NETO, A. Tipologia de Problemas das Pequenas e Médias Empresas. Dissertação. 1980.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento Técnico CPC PME (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_PMEeGlossario_R1.pdf>. Acesso em: 21/01/2022.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC nº 1.255/2009 – Aprova a NBC TG 1000 (NBC T 19.41) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Disponível em:<http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2009/001255>. Acesso em: 22/01/2022.

ERNST & YOUNG. Manual de Normas Internacionais de Contabilidade: IFRS versus normas brasileiras. FIPECAFI - São Paulo: Atlas, 2009.

FAVERO, Hamilton Luiz, LONARDONI, Mário, Souza, Clóvis de TAKAKURA, Massakazu. Contabilidade Teoria e Prática. 4-ed São Paulo: Atlas, 2006.

FIGUEIREDO, Sandra; FABRI, Pedro Ernesto. Gestão de Empresas Contábeis. São Paulo: Atlas, 2000.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002.

GONÇALVES, Antônio & KOPROWSKI, Sido Otto. Pequena empresa no Brasil. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995.

Lei Complementar nº. 123/06, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 15.12.2006.

Métodos de pesquisa / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

NEVES, D. R.; LORANDI, L. A. NBC TG 1000: Um estudo sobre a convergência contábil internacional para pequenas e médias empresas nos escritórios contábeis de Santa Catarina. In: 5º CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS & INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 2014, Florianópolis. Anais... Florianópolis: CONGRESSO UFSC, 2014.

PWC. CPC/IFRS no Brasil – 2010-2012. Disponível em: <<http://www.pwc.com/br/pt/ifrs-brasil/assets/ifrs-placements/ifrs-brasil-10-np.pdf>>. Acesso em: 23/01/2022

RACHID, A.; FILHO, E. B.; GITAHY, L. Relações entre grandes e pequenas empresas de autopeças e a difusão de práticas de gestão da produção. *Gestão & Produção*, v. 8, n. 3, p. 319-333, 2001.

RAZA, Cláudio. Informações contábeis: o cliente não sabe pedir e o escritório contábil, na sua grande maioria, não está preparado para fornecer. *Boletim CRC SP*, São Paulo, n.166, p.16-17, maio 2008.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Site Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br>>. Acesso em: 21/01/2022

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e pequenas empresas. Disponível em:< https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos_pesquisas/fatores-condicionantes-e-taxas-de-mortalidade-das-mpe-nos-estadosdetalhe25,f893cdbc74834410VgnVCM1000003b74010aRCRD>. Fatores Condicionantes e Taxas de Sobrevivências e Mortalidades das Micro e Pequenas Empresas no Brasil: SEBRAE/SP,2007. Acesso em: 21/01/2022

SELL, Graciele Kieser. Uma sistemática para inserir a contabilidade gerencial no processo decisório nas pequenas e médias empresas: um estudo de caso. 2004. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

SILVA, Veridiano Lucas da; DIAGNÓSTICO DO NÍVEL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS - GERENCIAIS NO PROCESSO DECISÓRIO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO RAMO DE CONFECÇÕES DO MUNICÍPIO DE COLATINA–ES. Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção. Florianópolis 2002.